

**A LUTA POR RECONHECIMENTO DO POVO SURDO:
AÇÕES AFIRMATIVAS POR SUA LÍNGUA,
CULTURA E IDENTIDADES⁵**

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS)
cleideemiliafayepedrosa@gmail.com

Juliana Barbosa Alves (UFS)
julialves01@hotmail.com

Alzenira Aquino de Oliveira (UFS)
alzeniraquino@academico.ufs.br

Fernanda Figueiredo Vieira (UFS)
nanda1libras@academico.ufs.br

RESUMO

Este trabalho está inserido no projeto – Aprendizagem cidadã no contexto da cidadania-humanização: o papel da análise crítica do discurso em prol dos grupos vulneráveis (PVD7353-2019), desenvolvido com bolsa de iniciação científica do CNPq. Como aportes teóricos, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (LIRA; ALVES, 2018) transdisciplinarmente conversando com os Estudos Surdos (SÁ, 2002; SOUZA, 2014; PERLIN, 2016) e com a Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2009). O trabalho em tela tem por objetivo identificar projetos solidários que consolidam ações afirmativas de e para a comunidade surda no contexto de valorização da sua língua, cultura e identidade. Para atender ao objetivo, situamos esta pesquisa como inserida em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com procedimento bibliográfico e objetivos descritivos e explicativos (CESÁRIO *et al.*, 2020).

Palavras-chave:

Povo surdo. Luta por Reconhecimento. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This work is part of the project – Citizenship Education in the context of citizenship-humanization: the role of critical discourse analysis in favor of vulnerable groups (PVD7353-2019), developed with a scientific initiation scholarship from CNPq. As theoretical contributions, we used the Critical Discourse Analysis (LIRA; ALVES, 2018) in a transdisciplinary way, connecting with Deaf Studies (SÁ, 2002; SOUZA, 2014; PERLIN, 2016) and the Struggle for Recognition (HONNETH, 2009). It aims to identify solidary projects that consolidate affirmative actions from and for the deaf community in the context of valuing their language, culture, and identity. To meet this objective, we adopted a qualitative approach with an applied nature. In addition, a bibliographic procedure and descriptive and explanatory objectives (CESÁRIO *et al.*,

⁵ Trabalho apresentado sob o título “Ações afirmativas do povo surdo: língua, cultura e identidades”, XXIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 24-26 de agosto de 2021. Editado aqui com algumas alterações.

2020). After reaching this goal, this work prompted reflections about the recognition of “being” deaf. This recognition involves the understanding of one’s own language, identity, and culture. In this sense, affirmative actions with a strong representation for deaf people became the field of struggle in defense of their culture and identities.

Keywords:

Deaf people. Critical Discourse Analysis. Struggle for Recognition.

1. Introdução

O presente trabalho transita entre algumas teorias e áreas de interface que se complementam. De acordo com Van Dijk (2008), a postura transdisciplinar efetiva-se quando os domínios de práticas acadêmicas distribuídas por todas as ciências humanas e sociais complementam-se e dialogam-se. Portanto, conduziremos esse estudo pautado nos pilares da Análise Crítica do Discurso, pelo fato de ser esta uma abordagem transdisciplinar. E o faremos em diálogo com os Estudos Surdos.

Com base em Cesário *et al.* (2020), situamos esta pesquisa como inserida em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e explicativos. Pardo (2015), para o campo das pesquisas da Linguística Branda, no caso da Análise Crítica do Discurso, por exemplo, fala sobre o aspecto qualitativo para essas pesquisas. A autora vai além e coloca o investigador como sendo um observador do mundo. No caso em pauta, desenvolveremos uma investigação que se inicia com as próprias autoras na posição de observadoras, principalmente, dos fenômenos que ocorrem no mundo virtual quanto ao uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Trazendo as explicações de Denzin e Lincoln, Pardo (2015) assinala que o observador do mundo cuida de dar significado aos fenômenos que observa e como as pessoas entendem esses fenômenos. Para a analista crítica, “a investigação qualitativa é inerentemente multimetodológica, pois permite fazer uso de diversos métodos, técnicas e combinações analíticas” (PARDO, 2015, p. 280).

Nesta escrita, trataremos inicialmente do aporte teórico, apresentando, resumidamente, o caráter da Análise Crítica do Discurso, com ênfase nos compromissos que os pesquisadores analistas críticos assumem diante de problemas sociais que envolvem minorias. Conduzidas por essa perspectiva, estabeleceremos um diálogo com os Estudos Surdos e com a Luta por Reconhecimento do povo surdo, destacando ações afirmativas pela cultura e identidades surdas no contexto de valorização de sua língua.

2. Compromissos acadêmico e social da Análise Crítica do Discurso

Com afinidade de alcançar o objetivo desse trabalho (identificar projetos solidários que consolidam ações afirmativas de e para a comunidade surda no contexto de valorização da sua língua, cultura e identidade), consideramos a Análise Crítica do Discurso (ACD) uma perspectiva teórica (e metodológica) pertinente para abordar tais questões por seu caráter transdisciplinar.

Além disso, os pesquisadores analistas críticos do discurso abraçam em seus estudos de natureza acadêmica e social, as causas dos grupos minoritários e injustiçados (MELO, 2018; PEDROSA; CUNHA; BRITO, 2020), buscando assim o engajamento social e político no sentido de contribuir com mudanças positivas para as minorias. De acordo com Fairclough (2016), o analista em ACD, adota procedimentos que implicam em ações de resistência à opressão e às práticas do poder hegemônico, não assumindo, portanto, o papel de mero narrador ou cúmplice das injustiças. Essa postura coaduna-se com a luta do povo surdo por seus direitos linguísticos e cultural. Então, vejamos:

Um dos grandes objetivos do analista de discurso crítico é captar a “invisibilidade” das ordens do discurso, ou seja, as coerções acionais, representacionais e identitárias que orientam a prática discursiva como um todo. Tal tarefa requisita que analisemos múltiplos textos e que compreendamos não só a prática social (e os elos relevantes da rede) que estudamos, mas também a estrutura social englobante. Em outros termos, precisamos de uma abordagem multi- ou interdisciplinar que alie descrição (dimensão textual), explicação (dimensão social, histórica, política, econômica, antropológica) e interpretação. (dimensão da prática discursiva). (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 95) (grifo do autor)

Reforça-se, desse modo, a proposta da ACD de estabelecer uma ligação entre a utilização da linguagem e a estrutura social. Os analistas críticos do discurso entendem que a linguagem, como prática discursiva e social também, molda essas estruturas. Considera-se, portanto, que as pessoas agem e representam discursivamente o mundo social em que vivem (FAIRCLOUGH, 2016). Portanto, a ACD é utilizada para a investigação de transformações na vida social (FAIRCLOUGH, 2016). Encontramos em Pedrosa (2016) a assertiva de que, para os pesquisadores analistas críticos do discurso, é imprescindível reconhecer “como as práticas linguísticas, discursivas e sociais se inter-relacionam nas estruturas sociais” (PEDROSA, 2016, p. 71). Complementando esta linha de raciocínio, trazemos uma explicação a respeito da concepção de ACD apresentada por Van Dijk (2008):

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social. (VAN DIJK, 2008, p. 113)

Podemos inferir que pesquisar em ACD significa refletir sobre uma temática, sobre um determinado campo de estudo e acerca do papel de pesquisador com seu respectivo engajamento na pesquisa (CUNHA, 2021). Nessa perspectiva, iniciaremos um diálogo com os Estudos Surdos e com a teoria da Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2009) do povo surdo, destacando ações afirmativas pela língua, cultura e identidades surdas.

3. Estudos Surdos

Atualmente, no Brasil, está em vigor a política de educação inclusiva para todos os alunos com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”, conforme preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9394/96, Art. 58). E para o ensino superior, especificamente, é relevante conhecer o “Plano Viver sem Limite”.

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - “Plano Viver sem Limite” que esteve sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), foi instituído por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, com *status* de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009.

Para implementação, o Plano foi organizado em 4 eixos, quais sejam: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade. Segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro/2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,91% da população brasileira declarou ter algum tipo de deficiência, totalizando uma média de 45,6 milhões de pessoas. Especificamente sobre a surdez – temática deste trabalho, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), traz a informação que entre 15% – 25% dos brasi-

leiros (cerca de 25 milhões de pessoas) apresentam surdez adquirida ou congênita.

Como já indicado, entre as ações, há o eixo da educação inclusiva. Atendendo a este eixo, está a oferta de 27 cursos Letras/Libras para educação bilíngue. A Universidade Federal de Sergipe (UFS), como outras Instituições de Ensino Superior (IES), insere-se nessas ações com a proposta de implantação do curso de graduação em Letras Libras com a oferta de 30 vagas, cujo preenchimento atende às reivindicações da comunidade surda, através de seu índice de cota para esse grupo vulnerável. Destacamos que o acesso ao curso, desde sua implantação em 2013, ocorre com realização de vestibular específico com a edição das provas em Língua Portuguesa e em Libras. Em decorrência da situação pandêmica, em 2021 a proposta para aplicação da prova do vestibular para o Letras Libras/UFS é que essa seja apenas para os surdos, enquanto a entrada dos ouvintes seja pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020. E foi este planejamento que ocorreu nesta instituição.

Todavia, para ter acesso ao ensino superior e chegar a essa posição educacional, os surdos passaram e continuam passando por um processo histórico, longo e árduo, possível de ser investigado e refletido, com bases em diversos registros históricos dentro de muitas áreas de conhecimento, “textos científicos, entrevistas e documentos”. Registros esses historicizados por vários autores, entre eles, podemos citar a professora surda Strobel (2009). Conforme a pesquisadora, os acontecimentos da educação dos surdos podem ser divididos em 3 grandes fases:

1. **Revelação cultural:** Nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso de Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos.
2. **Isolamento cultural:** ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral.
3. **O despertar cultural:** a partir dos anos 60 inicia uma nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após de (sic) muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos (STROBEL, 2009, p. 9).

Diante das fases estabelecidas pela autora, embora consideremos um pouco romântica a descrição da primeira fase⁶ e com a sugestão de que a terceira fase poderia se chamar despertar cultural e político, subentendendo-se que a língua de sinais é fundamental como língua de instrução, em qualquer instrumento metodológico aplicado na educação de surdos, porém no decorrer da história, constatamos que foi o “outro” – o ouvinte – quem determinou o rumo da história e delineou a educação dos surdos. Ouvintes esses que, quase sempre, tinham uma visão patológica da surdez. Aspecto preponderante para a imposição do uso da língua oral, causando atrasos no desenvolvimento dos surdos nas esferas sociolinguística, educacional e cultural entre outras. Em busca dos seus direitos linguísticos, assegurados pela legislação vigente, os surdos, em constante luta por seu reconhecimento, mobilizam-se reivindicando o respeito à língua de sinais a fim de que projetos, congressos, escolas utilizem a Línguas.

No Reino Unido, um ativista e pesquisador da cultura surda, Ladd, defende o uso do termo ‘grupo subalterno’ para se referir aos surdos, e explica que as definições tradicionais de classe, tendo como origem uma influência ocidental não se “aplicam automaticamente à experiência Surda. Desta forma adotei o termo ‘subalterno’, derivado de Gramsci, que se refere a qualquer grupo de pessoas a quem é negado um acesso significativo ao poder ‘hegemônico’” (LADD, 2011, p. 35). O ativista surdo defende o modelo de escola bilíngue, reivindicado pela comunidade surda no Brasil e no mundo.

As realidades psicossocial, cultural e linguística (sic) devem ser consideradas pelos profissionais ao se propor bilingüismo (sic). A escola (professores, administradores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da sua família. A família deve conhecer detalhadamente a proposta para engajar-se adequadamente. Os profissionais que assumem a função de passarem as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (a língua de sinais) que é adequada à criança surda, que essa língua permite à criança ter um desenvolvimento

⁶ O Congresso de Milão foi em 1880. Anteriormente a esta época, poucos, que não da elite e da nobreza, eram escolarizados. Por exemplo, amostra de dados sobre a educação no Brasil: “Nossos resultados mostram que entre 1900 e 1930, a proporção de pessoas com ensino primário completo na população permaneceu em torno de 5%, ao passo que a parcela com ensino secundário completo esteve sempre abaixo de 1% e que somente 0,3% tinham ensino superior completo” (KOMATSU *et al.*, 2019, p. 687). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/Z4wLvKGyQdtNnWsq3bwJ7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021. Logo, temos dúvidas sobre a descrição de que “a maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita”.

da linguagem análogo ao de crianças que ouvem, que essa criança pode ver, sentir, tocar e descobrir o mundo a sua volta sem problemas, que existem comunidades de surdos; enfim, devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de uma outra forma de comunicar que envolve uma cultura e uma língua visual-espacial. Deve-se garantir à família a oportunidade de aprender sobre a comunidade surda e a língua de sinais. (QUADROS, 1997, p. 29)

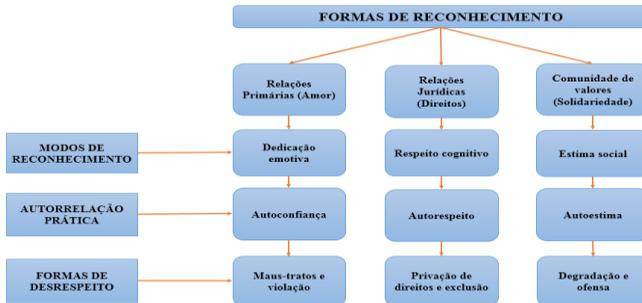
Para nós, enquanto pesquisadoras engajadas com a comunidade surda e militantes em seus processos de luta, a educação para os surdos dever ser efetivada com a oferta que contemple o ensino bilíngue em todos os níveis (educação básica e superior). Coadunamos com a proposta de educação defendida pelos estudiosos da vertente dos Estudos Surdos (SKLIAR, 2003; QUADROS, 1997, 2012; PERLIN, 2016) que indicam a capilaridade dessa abordagem por se tratar de uma filosofia que se desdobra nos âmbitos de questões metodológicas, linguísticas, psicolinguísticas e pedagógicas, com abrangência que vai muito além do simples fato do professor ouvinte ter proficiência em língua de sinais, o que por sua vez, é imprescindível.

O uso de duas línguas nos ambientes educacionais implica mudanças em vários aspectos, desde os arquitetônicos aos de formação de profissionais, e mesmo uma mudança no currículo é essencial. Atualmente a comunidade surda também luta pela inserção da disciplina LIBRAS no currículo das escolas brasileiras. Os alunos surdos não estarão incluídos no sistema educacional se a rede regular de ensino não inserir em seu quadro de profissionais “professores surdos, professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa” (QUADROS, 2019, p. 180). Esta tem sido a principal luta da comunidade surda.

4. Luta por Reconhecimento: ações afirmativas pela língua, cultura e identidade surdas

Para a Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2009), teoria da filosofia crítica, os sujeitos se inserem na sociedade através de uma luta intersubjetiva por reconhecimento ao serem desrespeitados no amor (esfera emotiva), no direito (esfera jurídica) e na solidariedade (esfera da estima social). Dessa forma, a teoria nos ajuda a enxergar a luta por reconhecimento do povo surdo para ter suas particularidades (cultura e identidade) reconhecidas, como já foi discutido por Alves e Pedrosa (2020, 2021).

Figura 1: Estrutura das formas de reconhecimento



Fonte: Alves e Pedrosa (2020, p. 223)

Depreendemos da figura 1, acima, a forma como ocorre a Luta por Reconhecimento. Na esfera emotiva (relações primárias), entende-se que é diante dos maus-tratos e violação que o sujeito luta por reconhecimento, e, através da dedicação emotiva do outro, seu parceiro de interação (HONNETH, 2009), será capaz de adquirir a autoconfiança surgindo “a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2009, p. 195). Na esfera jurídica (Direitos), ao experimentar a privação de direitos e a exclusão, o sujeito luta para ter seu respeito cognitivo reconhecido e com isso tem a “possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo, é o que podemos chamar de **‘autorrespeito’**” (HONNETH, 2009, p. 197, grifo do autor). Na esfera da comunidade de valores (Solidariedade), o sujeito só terá uma visão positiva de si, autoestima, quando enfrenta a degradação e a ofensa em uma luta por estima social.

A comunidade surda, como minoria linguística, busca o reconhecimento de suas peculiaridades por seus interlocutores, ou seja, pela coletividade como um todo, e principalmente almeja, além da tolerância de sua distinção pelo outro, o “interesse afetivo por essa particularidade”, pois, “só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis” (HONNETH, 2009, p. 211). Esta busca chama-se “estima social”, conceito no qual iremos nos deter, como recorte da teoria, para este trabalho.

[...] a estima social [...] constitui-se no processo de interpretação de valores que valida critérios que escapam a um sistema universalmente válido. A organização moderna da estima social constitui-se pela disputa de um referencial valorativo passível de mensurar a contribuição social de determinadas propriedades e ca-

pacidades. O conteúdo das interpretações depende de qual grupo social consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida, interpretações que se configuram como um campo permanente de luta social e conflito cultural. (VENTURA, 2011, p. 160)

Na esfera da estima social, na qual se desenvolvem as relações solidárias, os sujeitos se estimam entre si, estabelecendo valores éticos, definidos culturalmente, os quais são seguidos por todos. Desta forma, o sujeito se sente como membro de um grupo social específico e se encontra em condição de ter realizações comuns. Estas realizações em comum são reconhecidas por todos os outros membros (HONNETH, 2009).

Estas relações recíprocas, realizáveis em grupos, nos quais seus membros se estimam entre si, denominam-se relações solidárias. Estes sujeitos, desta comunidade de valores, alcançam a autoestima através do outro. Ao reconhecer o outro é reciprocamente reconhecido e, assim, podem, enquanto comunidade, lutar por honra e dignidade, portanto, “a autorrelação prática a que uma experiência de reconhecimento desse gênero faz os indivíduos chegar é, por isso, um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva” (HONNETH, 2009, p. 209). Dessa forma, pretendemos citar algumas ações que deram visibilidade a causa surda, que funcionaram com caráter de relações solidárias ou projetos solidários, atendendo ao objetivo proposto.

Inicialmente, trazemos uma audiência pública que aconteceu na cidade de Aracaju, Sergipe. O evento com o título “A oficialização da Língua Brasileira de Sinais, Libras, e seus reflexos”⁷, ocorreu em dezembro de 2019. Na ocasião, foi discutida a importância da oficialização da Libras. O evento resultou de uma parceria estabelecida entre o ex-vereador Lucas Aribé⁸, o deputado estadual Georgeo Passos, o senador Alessandro Vieira e a comunidade surda, representando no estado de Sergipe, a campanha nacional “Oficializa Libras”, divulgada através da hashtag “#OficializaLibras”. O movimento “#OficializaLibras”⁹, que tem adesão da comunidade surda de várias partes do Brasil, é uma idealização da advogada Kamila de S. Gouveia.

⁷ Disponível em: <https://al.se.leg.br/audiencia-busca-oficializar-a-libras-no-pais/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

⁸ Vereador cego de Aracaju que luta pela inclusão social de cidadãos com necessidades especiais.

⁹ Disponível em: <https://www.oficializalibras.com.br/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

Estiveram presentes na audiência o povo surdo, além de representantes de instituições da comunidade surda. Durante toda audiência, os discursos proferidos foram veiculados de forma bilíngue – na Língua Portuguesa e na Libras. Participaram do debate a presidenta do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (Ipaese), Ana Lúcia N. de Oliveira, a chefe do Departamento Letras Libras da Universidade Federal de Sergipe, Alzenira Aquino, e o presidente do Centro de Surdos de Aracaju (Cesaju), Pablo Ramon Lima de Barros, além de membros da comunidade surda que exerceram o direito de “fala”.

Podemos reconhecer a importância dessa audiência em prol dos direitos do povo surdo, enquanto membros de uma sociedade, pois, os direitos (humanos) são também um instrumento de transformação social e “os direitos específicos garantidos às minorias permitir-lhes-ão preservar a sua identidade” (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 471).

Cidades nas quais se realizam ações para os direitos humanos podem ser entendidas como “cidades de direitos humanos” ou “comunidades de direitos humanos” (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 75-6), pois sediaram ações que visam à promoção dos direitos do ser humano, neste caso, da comunidade surda, que, de acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), como minoria linguística, “individualmente ou em conjunto com os outros membros do grupo têm o direito humano de usufruir da sua própria cultura, (...) ou de usar a sua própria língua” (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 55).

A Língua Brasileira de Sinais, Libras, é reconhecida por meio da Lei nº 10.436/2012, como língua e como forma de expressão e comunicação dos surdos brasileiros, e sendo assim, devem ser garantidas, “por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2002, Art. 2º).

Apesar de completar 18 anos, a chamada Lei da Libras ainda não é efetivada em toda sociedade. Dessa forma, os surdos não se sentem, plenamente, como membros de um grupo no qual todos têm condições de partilhar as mesmas realizações (HONNETH, 2009). A barreira linguística é evidente, tanto no meio social quanto no meio educacional, haja vista a dificuldade dos surdos durante o seu percurso escolar (SÁ, 2002; SOUZA, 2014; SKLIAR, 2016). Além desse fato, ao lhe ser negado o uso de sua língua, o povo surdo é impedido de exercer sua cidadania,

pois é através de sua língua que os surdos recebem informações e formações.

A denúncia de relações de poder institucionalizadas, e ações que tragam a conscientização dos que se encontram nessas relações é um dos objetivos basilares para a ACD, por isso, no caso da comunidade surda, é fundamental o engajamento em prol desse grupo, que traz em sua história marcas de injustiça social, construindo, para isso, “projetos solidários” (PEDROSA, 2019, p. 166).

Em consonância com esse pensamento de “projetos solidários”, citamos uma ação desenvolvida pela Abralín, Associação Brasileira de Linguística, durante o período de isolamento devido ao coronavírus¹⁰. Essa entidade realizou o evento Abralín ao Vivo¹¹, no qual vários temas foram debatidos por diversos linguistas do Brasil e do mundo através de uma plataforma *on-line*. Algumas transmissões tiveram a sinalização em Libras, como, por exemplo, a conferência de abertura com o linguista americano Noam Chomsky¹², com interpretação em Libras pela Prof^a Dr^a Ronice Quadros¹³, uma das precursoras dos Estudos Surdos no Brasil. Destacamos que no mesmo evento, o tema da surdez foi colocado em evidência, Gramática da Libras¹⁴, conferência proferida pela Prof^a Dr^a Quadros.

Coadunando nossa explanação de “projetos solidários”, citamos a primeira série em língua de sinais, “Crisálida”, produzida no Brasil. Podemos imaginar o sentimento de honra coletiva (HONNETH, 2009) que a comunidade surda experienciou ao ter a Libras em evidência, como língua principal, em uma série de TV, língua essa colocada em segundo plano pelo uso dominante da língua portuguesa que “por supervalorizar a voz, lhes negou a vez [do Povo Surdo]” (SÁ, 2002, p. 7). A série bilíngue, em Libras e com legenda em Língua Portuguesa, estreou no dia 26

¹⁰ Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 10 mai. 2020.

¹¹ Disponível em: <https://www.abralin.org/site/evento/abralin-ao-vivo/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

¹² Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/?id=SO3tE7cIWhI>. Acesso em: 10 mai. 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lmmfy-4g7o0>. Acesso em: 10 mai. 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/ronice-quadros/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

de setembro de 2019, Dia Nacional do Surdo, na TV Cultura¹⁵. Protagonizada por atores surdos, a série mostra os desafios enfrentados pelos surdos que vivem em uma comunidade ouvinte¹⁶. Em 1º de maio de 2020, esta passou a ser exibida na plataforma Netflix. Em 2021, a série fez parte dos debates da turma da disciplina LETRL0034 – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS – T08, no semestre 2021.1, da Universidade Federal de Sergipe, tendo como uma das professoras, a Prof^a Dr^a Cleide E. Faye Pedrosa.

Na tentativa de imbricar a teoria da Luta por Reconhecimento com os Estudos Surdos, buscamos enfatizar o aspecto da solidariedade através de “projetos solidários”, nos quais a comunidade surda pôde experimentar o reconhecimento de sua língua, identidade e cultura. Por isso, podemos aferir que a comunidade surda, ao passar por essa experiência de reconhecimento se vê como membro de um grupo social, apto a usufruir, na mesma medida, de todos os direitos com todos os membros desta comunidade de valores (HONNETH, 2009).

5. Conclusão

O reconhecimento de “ser” surdo passa pela compreensão de sua língua, identidade, e cultura, conforme Sá, “(...) a cultura dos surdos é entendida como um campo de luta entre diferentes grupos sociais, em torno da significação do que sejam a surdez e os surdos no contexto social global” (SÁ, 2002, p. 84). Nesse sentido, as ações afirmativas, com uma representatividade forte para os surdos, se tornaram o campo de luta em defesa de sua cultura e de suas identidades. No encontro com seus pares, na troca de experiências e vivências de mundo visual, os surdos se reafirmam como “ser” surdo e ganham força em sua resistência. Assim, verificamos que a cultura surda, compartilhada pelos sujeitos surdos, é o lugar de afirmação de suas identidades. Para a ACD, desvelar tais situações de imposição por um grupo dominante, no caso a cultura ouvinte diante da cultura surda, é o objetivo dos seus projetos de pesquisa que prezam por justiça e equidade social (LIRA; ALVES, 2018).

¹⁵ Disponível em: https://tvcultura.com.br/noticias/925_primeira-serie-brasileira-bilingue-em-libras-e-portugues-estreia-na-tv-cultura.html. Acesso em: 05 mai. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.seriecrisalida.com.br/>. Acesso em: 05 mai. 2020.

Acrescentamos ainda, uma reflexão sobre a afirmativa constante no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos¹⁷, em seu artigo 27, afirma que, “Nos Estados em que existam minorias (...) linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não devem ser privadas do direito de ter, em comum com os outros membros do seu grupo, a sua própria vida cultural, (...) ou de empregar a sua própria língua” (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 476). Estes direitos, partilhados com todos os membros de sua comunidade, viria através do respeito cognitivo (direito) e da estima social (solidariedade) por meio dos seus parceiros de interação (HONNETH, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Juliana Barbosa; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Temática do ENEM 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda. *Revista Espaço*, n. 53, jan./jun. 2020, p. 215-235. DOI: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i53.655>. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/655/70>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ALVES, Juliana Barbosa; PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Experts* e sua opinião sobre a Comunidade Surda: análise crítica de discursos de solidariedade em tempos de acessibilidade. *Revista Desenredo*, v. 17, n. 1, p. 167-183, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5335/rdes.v17i01.11145>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/11145>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 06 jan. 2019.

CESÁRIO, Jonas Magno dos Santos *et al.* Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas características. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 05, ed. 11, v. 05, p. 23-33, nov. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/>

¹⁷ Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Adotado pela Resolução n. 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

educacao/tipos-de-pesquisas. DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tipos-de-pesquisas.

CUNHA, João Paulo Lima. “*KD O PAI DESSARIANÇA?!*”: Uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de down. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2021. (Inédita)

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Universitária de Brasília, 2016.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOMATSUBruno *et al.* Novas Medidas de Educação e de Desigualdade Educacional para a Primeira Metade do Século XX no Brasil. *Estud. Econ.*, v. 49, n. 4, p. 687-722, São Paulo, out./dez.2019.

LADD, Paddy. *Comprendiendo la cultra sorda: en busca de la sordedad*. Gobierno de Chile, 2011.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J.R.L.; SATO, D.T.B.; MELO, I.F de. (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 104-22

MELO, Iran Ferreira de. História da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J.R.L.; SATO, D.T.B.; MELO, I.F. de. (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35

MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino (Coordenadores). *Compreender os Direitos Humanos – Manual da Educação para os Direitos Humanos*. 3. ed. Versão original Wolfgang Benedek. Graz, Áustria, 2012. Disponível em: <http://igc.fd.uc.pt/manual/index.html>. Acesso em: 24 mai. 2020.

PARDO, Maria Laura. Metodología de la investigación en Lingüística: reflexiones y propuesta. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, jul./dez.2015,

p. 271-88. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1267>. Acesso em: 02jun. 2021.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, Celso; BESSA, Décio; PEREIRA, Aline Santos (Orgs). *Estudos linguísticos e formação docente*. São Paulo: Pontes, 2016. p. 69-100

_____. Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. *Revista do GELNE*, v. 21, n. 2, p. 165-77, Natal-RN, 2019.

_____; CUNHA, João Paulo Lima; BRITO, Maiane Vasconcelos de. Cidadania de resistência: os estudos críticos do discurso e a educação de surdos. In: SOUZA, R. de C.S.; BARBOSA, J.S.L. (Orgs). *Surdez e Libras*. 1. ed. Aracaju-SE: Criação, 2020. p. 31-55. Disponível em: <http://editoracriacao.com.br/e-books/>. Acesso em: 02jun.2021.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. O “Bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. (Orgs). *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 187-200

_____. *Libras*. Série: Linguística para o ensino superior, v. 5. Em: Editores científicos Tommasco Raso, Celso Ferrarezi Jr., 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

SÁ, Nídia Regina Lima de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, Carlos. *Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngüe para surdos*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 7-32

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. *Tobias Leite: educação dos surdos no século XIX*. Sergipe: UFS, 2014.

STROBEL, Karin. *História da Educação de surdos*. Florianópolis: EAD da UFSC, 2009.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. HOFFNAGEL, Judith; Falcone, Karina (Orgs). São Paulo: Contexto, 2008.

VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 19, n. 40, p. 159-70, Curitiba, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/12.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.